

ATA N ° 03 / AM /2014

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZASSETE DE MAIO DE DOIS MIL E CATORZE -----

Aos dezassete dias do mês de maio de dois mil e catorze, reuniu pelas quinze horas e trinta minutos na sala da Biblioteca Municipal Manuel José “do Tojal”, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----
PONTO ÚNICO: Suspensão das obras na A26/IP8 e circulação na ER 261-5, entre Santo André e Sines. -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----
Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata. -----

Não compareceram os membros: Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, António João Antunes Isidoro, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Joaquim António Gonçalves. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha e dos senhores vereadores M^a Margarida Costa R.C. Santos, Daniela Filipa Cópio Martins, Norberto Valente Barradas, Francisco Carrajola de Sousa, e Albano Joaquim Mestre. -----

Estiveram ainda presentes os convidados: Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Grândola, Rafael Rodrigues e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines, Nuno Mascarenhas. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----
A Senhora Presidente informou que o Senhor Ricardo Campos da Silva Rico, eleito do PS, se fazia substituir na presente Sessão pela Senhora Miriam Mills Mascarenhas, que se segue na mesma lista, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

CUMPRIMENTOS DE BOAS VINDAS -----

A Senhora Presidente saudou e agradeceu a presença dos eleitos dos municípios vizinhos que aceitaram o convite da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, dos eleitos municipais e público em geral. -----

A Senhora Presidente informou que a Assembleia Municipal tinha endereçado convites, para esta Sessão, aos presidentes dos órgãos municipais de Sines, Grândola, Ferreira do Alentejo, Beja e Serpa. -----

INSCRIÇÕES DO PÚBLICO PARA O USO DA PALAVRA -----

A Senhora Presidente informou que a partir daquele momento estavam abertas as inscrições ao público, para intervir sobre a situação na ER 261-5 e no IP8/A26. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor José Almeida, o qual começou por referir que a situação em que se encontrava a ER 261-5 originava problemas de insegurança para as populações, os quais eram cada vez mais graves. Acrescentou que iria participar no protesto e que era preciso ficar alerta e saber por que razão aquela obra continuava embargada e com que base legal era mantida a sinalética, dado que qualquer obstáculo tem que ser sinalizado e o que ali se encontrava não era um obstáculo mas a sinalética para vias em construção, quando as obras estavam paradas havia três anos. Pelo que, concluía que aquela sinalização era ilegal e que a situação daquela via resultava de uma guerra entre o Governo e o empreiteiro. -----

Mais referiu que aquelas obras foram executadas por fases, conforme o dinheiro que ia sendo pago ao empreiteiro, obrigando ao corte da estrada em várias ocasiões, com todas as repercussões negativas para os utentes. -----

Referiu ainda que era frequente encontrar sinais no meio da estrada, causando problemas de segurança. -----

Concluiu, referindo que não sabia se a manifestação que se ia seguir à sessão da Assembleia Municipal seria suficiente para chamar a atenção dos responsáveis pela situação criada naquela via, considerando que era importante chamar os órgãos de informação para divulgarem o assunto e que a Câmara Municipal pudesse fazer algo pela população no sentido da resolução daquele problema. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por cumprimentar os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Grândola e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines, bem como os restantes cidadãos presentes.-----

Mais referiu que aquelas obras foram suspensas havia três anos e que durante este tempo tinham sido várias as diligências efetuadas pela Câmara Municipal junto dos responsáveis das mesmas no sentido do seu recomeço. Acrescentou que, no início do mês de novembro do ano transato, a Câmara Municipal solicitara uma reunião ao Presidente da empresa Estradas de Portugal, tendo sido recebidos, em dezembro, onde foram informados que as obras entre Sines e Beja que estavam suspensas não seriam concluídas, exceto o troço entre Sines e Relvas Verdes, um troço em Santa Margarida do Sado, no Município de Grândola, e a via entre Santo André e Sines. -----

Acrescentou que relativamente à via entre Santo André e Sines (ER 261-5), transmitiu àquele responsável que antes do início das obras aquela via rápida estava em boas condições de conservação e ao ser incluída na empreitada da A26, passando a ter o perfil de autoestrada, foi condicionada a mobilidade e os perigos de circulação na mesma aumentaram. Situação que se tem vindo a arrastar no tempo, quando os trabalhos na via estão praticamente concluídos. Mais referiu que o Presidente das EP lhes deu razão e informou que existia um litígio com o Consórcio, o qual esperava ver resolvido,

em breve, pelo que, até ao final do mês de fevereiro de dois mil e catorze o problema daquela via seria ultrapassado, tendo até solicitado que não fosse dado muito alarido ao assunto para não prejudicar as negociações em curso.-----

Informou ainda que, no início de fevereiro, o Presidente das EP quis ver a situação no terreno, de modo informal, pelo que o acompanhou e a um técnico daquela empresa numa visita ao longo de todo o percurso da via, tendo na altura aquele responsável perguntado ao técnico se a estrada não estava concluída e, perante a resposta do mesmo, afirmou que: “vamos ter que resolver isto que é uma vergonha para as EP.”. Contudo, passou o mês de fevereiro e a situação não se alterou, pelo que, não tendo recebido mais informações sobre o desenvolvimento do processo, contactou novamente os responsáveis das EP, em meados de março, os quais lhe transmitiram que lamentavam mas não tinham mais nada a informar, não sabendo quando seria arranjada a estrada.---- Mais informou que, tendo em conta estes factos, conversou com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que decidiu avançar com a convocação duma sessão Extraordinária para discussão do assunto com a população, e a Câmara Municipal entendeu convocar uma marcha lenta, para a qual convidou a população, no sentido de exigirem a reposição das condições de circulação naquela via, com a retirada dos pinos, a alteração do limite de velocidade e os arranjos na Rotunda.-----

Concluiu, informando que alguns órgãos da Comunicação Social já o tinham entrevistado sobre esta situação, bem como ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines. -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor José Almeida, o qual referiu que os eleitos fizeram todas as diligências necessárias para a resolução do problema, mas ficava provado que as pessoas com quem falaram não eram sérias, porque não cumpriram com o que se comprometeram. -----

Acrescentou não compreender como é que uma pessoa responsável tinha receio de vir ao local e ser confrontada com uma manifestação de desagrado por parte da população e receasse também que o Consórcio a quem foram adjudicadas as obras ficasse incomodado, o que, em sua opinião, revelava uma incompetência total. -----

Mais referiu que era preciso intervir na Rotunda e que a Câmara Municipal podia analisar a possibilidade de minimizar a situação, mesmo que não fosse com a solução ideal, porque assim o investimento não seria muito elevado.-----

Referiu ainda que a via entre Sines e Relvas Verdes também tinha pinos, os quais foram retirados, acrescentando que as pessoas também tiraram os pinos da via entre Santo André e Sines e que os colocaram ao lado da mesma, sendo que os mesmos foram recolocados, não tendo neste caso sido levantados problemas de falta de dinheiro. Acrescentou que não se podia esperar nada dos responsáveis das EP, porque os mesmos não se preocupavam com os problemas das populações, considerando que se devia avançar com manifestações e chamar os órgãos da Comunicação Social, porque talvez assim os mesmos tivessem alguma vergonha daquela situação. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor José Barros da Costa, o qual começou por referir que se estava num Pólo Industrial que compreendia Sines, Santiago do Cacém e Santo André, o qual contribuía de forma significativa para o Produto Interno Bruto (PIB), não sendo aceitável a suspensão daquelas obras durante tanto tempo. Acrescentou que a Administração Central tem que repor as condições da via entre Sines e Beja e entre Santo André e Sines, não só porque é importante para as pessoas que vivem em Santo André e para as empresas, mas também para o Turismo, porque a situação criada no terreno punha em causa a paisagem e a imagem da região. --

Mais referiu que não era aceitável que pessoas que não são eleitas, mas nomeadas pelo Governo para ocuparem cargos de responsabilidade, se escondam perante estas situações, e que sejam impostas medidas de austeridade às populações e depois se esbanje dinheiro em obras que não são concluídas e abandonadas de qualquer forma.----

Referiu ainda que era preciso que os eleitos tivessem em atenção não só estas vias, mas também o contexto de todo o Alentejo. Acrescentou que, enquanto no Norte existem estradas para todo o lado, para a nossa região houve apenas a preocupação de construir uma via que a atravessa, para as pessoas circularem de Lisboa para o Algarve.-----

Concluiu, referindo que este era um exemplo do que os sucessivos governos tem feito ao Alentejo, considerando que a população do Alentejo Litoral tinha que lutar contra esta situação.-----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, membro da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, eleito da CDU, o qual começou por referir que era com grande prazer que recebiam os eleitos de Santiago do Cacém, de Sines e de Grândola.-----

Mais referiu que era preciso não esquecer a importância do Complexo Industrial de Sines no contexto económico do País, em geral, e no desenvolvimento da Região, em particular, acrescentando que a Refinaria de Sines era a maior exportadora nacional. ----

Referiu ainda que o Complexo Industrial de Sines já tinha sido considerado um “elefante branco”, porque não havia um projeto de desenvolvimento, e que muito ficara por fazer em termos de acessos rodoviários e ferroviários, recordando que o Plano Rodoviário 2000 previa a construção da via rodoviária com ligação a Espanha e, em dois mil e catorze, ainda se estava a discutir esta situação, quando o Alentejo já dispunha de um plano de desenvolvimento estratégico. Acrescentou que o Governo punha em causa o desenvolvimento desta Região, cuja população tinha votado maioritariamente pela regionalização, assunto que levaria a outra discussão. -----

Mais informou que, no mês de fevereiro de dois mil e treze, alguns deputados da Assembleia da República vieram a Santo André onde lhes deu conta da situação e referira que, infelizmente, estávamos num País sem uma estratégia de desenvolvimento, onde são encerrados serviços públicos nos setores da educação, saúde e outros da maior importância para as populações, em particular no Alentejo, porque esta Região não tem peso eleitoral, enquanto no Norte do País foram construídas estradas ao lado de itinerários principais (IPs), situação que não favorece o desenvolvimento equilibrado do País. -----

Acrescentou ainda que na reunião com os deputados estes se comprometeram no sentido de diligenciar junto das entidades responsáveis pela resolução dos problemas criados naquelas vias. Contudo, acrescentou que, passado quase ano e meio, a situação não sofreu qualquer evolução.-----

Referiu também que o compromisso assumido com o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo responsável das EP não foi cumprido, considerando uma vergonha este tipo de comportamento de pessoas que não são eleitas. -----

Referiu ainda que o Complexo Industrial de Sines criava riqueza, mas a ferrovia estava por fazer e as obras na rodovia estavam suspensas, passados quatro anos do início do seu início, o que considerava uma vergonha, para além do incómodo dos utentes que têm de circular todos os dias na via entre Santo André e Sines, sendo também penalizados com coimas caso não cumpram com as restrições à circulação na mesma. --

Informou que a situação em apreço já fora várias vezes discutida na Assembleia Municipal e que era preciso agir, em conjunto, tendo em conta a importância destas três cidades do Litoral Alentejano, Sines, Santo André e Santiago do Cacém, no sentido de

pedir às pessoas que ajudem os eleitos nestas lutas para que também estes as possam ajudar e que, se a manifestação que se ia seguir não chegasse, era preciso mobilizar as pessoas dos diferentes municípios para outras formas de luta, com a certeza de que se esta batalha não for vencida outras se seguirão e que no final as populações irão vencer.

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, membro da Assembleia Municipal, referindo que o que se estava a passar no Município era uma vergonha e a população não merecia que a empresa EP e o Concessionário tivessem iniciado as obras sem terem o dinheiro para as concluírem, considerando que o que se estava a viver era o resultado da irresponsabilidade do desgoverno do País. -----

Acrescentou que no IP8 foram retirados os pinos, porque por ali passam os camiões das empresas, o que não aconteceu na ER 261-5 na qual todos os dias circulam oitenta por cento dos trabalhadores de Santo André que desempenham funções no Complexo Industrial de Sines, criando riqueza para o País, não sendo os mesmos valorizados por aqueles que governam. -----

Mais referiu que tinha sido eleito para defender a população, independentemente da cor política de cada um, saudando a iniciativa que se iria desenvolver, acrescentando que se a mesma não for suficiente outras lutas se seguirão, sendo que da sua parte tudo fará para a resolução do problema, considerando que a mudança estava na mão de cada um e que só lutando unidos é que se podia alterar a situação.-----

Acrescentou que não se podia contar com a cobertura da Comunicação Social, porque a maior parte dos órgãos de informação foram comprados pelo grande capital. -----

Interveio o Senhor Pedro Gamito, membro da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco da Serra, eleito da CDU, o qual dirigiu uma palavra de solidariedade à Freguesia de Santo André onde residem os trabalhadores mais prejudicados com a situação da ER 261-5. -----

Referiu que a suspensão das obras no IP8/A26 tem impactos negativos em todo o Município, em geral, e na Freguesia de S. Francisco, em particular, bem como em toda a região. Acrescentou que quando se chega ao nó do Roncão o que se avista é um cenário de guerra, causando um impacto visual negativo para além de outros problemas que afetam as pessoas que residem naquela zona, como é o caso da destruição dos caminhos paralelos ao IC33, o que levou as pessoas a fazerem acessos diretos àquela rodovia. Mais referiu que os caminhos rurais ficaram intransitáveis, nos quais se formam lençóis de água, com todos os perigos inerentes, onde até já foram colocadas placas avisando de “perigo de afogamento”. -----

Concluiu, referindo a sua disponibilidade para participar em todas as lutas que possam levar à resolução destes problemas. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor António Ferreira, o qual referiu que para além das ações que possam ser desenvolvidas no sentido do cumprimento da lei, da justiça e do bom senso que deverá prevalecer, sugeriu que no percurso da marcha lenta cada um retirasse dois ou três pinos da estrada e os levasse para casa. -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual informou que a Comunicação Social fora convidada e esperava que viessem.-----

Mais informou que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém estava a ponderar o recurso à Justiça, no sentido de ser reposta a situação que existia naquela via antes das obras.-----

Referiu ainda que, como cidadão, compreendia as sugestões que foram feitas pelos munícipes que intervieram e estava solidário com a população no sentido de serem equacionadas as formas de luta possíveis para corrigir as situações criadas.-----

-----ORDEM DO DIA: -----

PONTO ÚNICO: Suspensão das obras na A26/IP8 e circulação na ER 261-5, entre Santo André e Sines. -----

PROPOSTA DE MOÇÃO -----

Pela Senhora Presidente foi apresentada a seguinte proposta de Moção da Mesa da Assembleia Municipal: -----

“Suspensão das obras no IP8/A26 e circulação na ER 261-5, entre Santo André e Sines.-----

A falta de respostas por parte da Administração Central relativamente à suspensão das obras no IP8/A26 e a circulação na ER 261-5, entre Santo André e Sines originou a deliberação no passado dia 11 de abril da realização de uma reunião extraordinária para se tomarem medidas e tornar público o desagrado da população deste Município face a esta situação. -----

Consideramos que esta infraestrutura é um eixo fundamental para o desenvolvimento não só do Município e da região, mas também do país. Trata-se de um itinerário de importância estratégica pois ligará a Costa do Atlântico à fronteira com Espanha através do Baixo Alentejo (Sines/Santiago do Cacém/Ferreira do Alentejo/Beja/Serpa/Ficalho), facilitando a ligação do complexo portuário e industrial de Sines ao aeroporto de Beja, a Alqueva, e à fronteira, agilizando o transporte de mercadorias de e para a Europa, potenciando o turismo e a circulação dos visitantes, promovendo assim o desenvolvimento da região e consequentemente o país. A decisão da suspensão traduz-se numa perda de qualidade de vida das populações locais que vivem nesta obra, um fator de progresso e desenvolvimento. -----

Não podemos deixar de referir que nesta obra já foram gastos muitos milhões de euros, e a degradação gerada pelo abandono leva a gastos suplementares, inadmissível quando o país se encontra em crise. Esta situação tem gerado inúmeras críticas por parte de autarcas, associações de desenvolvimento e empresariais da região que alertam para este desperdício de dinheiros públicos. -----

Preocupa-nos sobretudo a segurança de quem utiliza esta via todos os dias face ao estado em que a obra foi deixada. A falta de sinalização, os pinos no meio da via, o estado degradado em que ficaram muitos caminhos rurais tornando-se intransitáveis, a descaracterização da paisagem, os estaleiros ao abandono, são alguns dos problemas que acompanham e desagradam a quem vive nesta região. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a dezassete de maio de dois mil e catorze face à inexistência de alterações por parte da Administração Central relativamente a suspensão das obras no IP8/A26 exige que: -----

- a) Sejam criadas condições de segurança a todos aqueles que diariamente circulam nestas vias; -----**
- b) Sejam concluídos os trabalhos na ER 261-5; -----**
- c) Recomecem as obras. -----**

Esta moção será enviada para o Presidente da República, grupos parlamentares da Assembleia da República, CIMAL, meios de Comunicação Social, Câmara Municipal de Sines, Grândola, Ferreira do Alentejo, Beja e Serpa.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----
Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, começando por apresentar cumprimentos de boas vindas a todos os presentes. -----

Informou que no seu último mandato na Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral – CIMAL, já tinha chamado a atenção para algumas situações constantes nos parâmetros da proposta de Moção, nomeadamente os gastos que estão em causa. -----
Mais referiu que pouco mais havia a dizer que não tivesse sido já dito, acrescentando que as obras referidas iriam trazer mais desenvolvimento e que se esperava que quem de direito tivesse em atenção a urgência na conclusão das mesmas. -----
Sobre algumas medidas sugeridas durante a discussão no sentido de protestar contra a situação daquelas vias, referiu que os eleitos do PS não apoiavam ações que não fossem legais, das quais pudessem resultar sanções judiciais para as pessoas. -----
Concluiu, referindo que a bancada do PS iria votar a favor da Moção. -----
Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, apresentando cumprimentos a todos os presentes. -----
Informou que na qualidade de Deputado da Assembleia da República já tinha apresentado mais do que um requerimento sobre o assunto em apreço, no sentido de ser reposta a situação, a qual também considerava inadmissível. -----
Acrescentou que aquelas obras integravam uma das famosas Parcerias Público Privadas – PPPs que contribuíram para o endividamento do País e que o Governo entendeu que tinha de as suspender, tal como aconteceu com as obras do túnel do Marão e outras. ----
Mais informou que, recentemente, tinham sido aprovados alguns investimentos para o Alqueva e para o Terminal de Sines, tendo em conta a sua importância para o País. -----
Referiu também que considerava inadmissível que ainda não tivesse sido feito o novo traçado da ferrovia, a partir de Sines, mas não achava que fosse importante a construção da A26, dado que já existe uma Autoestrada até Évora e Badajoz, a A6, considerando que fazia todo o sentido a ligação de Sines a Grândola, com perfil de autoestrada, para cujas obras estão previstos quarenta mil euros, prevendo que as mesmas poderão estar concluídas, depois de dois mil e quinze. -----
Referiu ainda concordar com as questões relativas à segurança na circulação nas vias em causa, mas não podia votar a favor da proposta de Moção no que respeitava ao recomeço das obras na Autoestrada (A26) até Beja, porque sabia que não havia dinheiro para o efeito, tendo em conta a limitação dos recursos e também o facto de o novo Quadro Comunitário de Apoio prever verbas para a qualificação e inovação e verbas reduzidas para construção de estradas, não só para o Alentejo, mas também para as outras regiões do País. Contudo, acrescentou que não iria votar contra a Moção, por considerar inadmissível que passados três anos do início das obras a situação da ER 261-5 e outras questões de segurança não tenham sido resolvidas. -----
Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por apresentar cumprimentos aos eleitos e público presentes. -----
Referiu, em seguida, que era sempre o argumento financeiro que servia para justificar tudo, até a falta de respeito pelas populações. -----
Mais referiu que gostaria que alguém do Governo fizesse as contas aos montantes milionários que vai despender em compensações aos parceiros privados, aos gastos em litígios e para reiniciar as obras de reposição da situação anterior, no sentido de apurar se não ficaria menos dispendioso tomar conta da obra e proceder à sua conclusão, atempadamente, em vez de estar a meter dinheiro nos bolsos de alguns gatunos, não tendo em conta os interesses e o respeito que é devido às populações, acrescentando que, no caso em apreço, era de mera justiça repor a situação existente antes do início daquelas obras. -----

Mais referiu que a desobediência perante situações desta natureza era mais que um direito, era um dever, não alinhando com os argumentos do eleito do PS e outras posições semelhantes. -----

Acrescentou que as obras em causa não eram prioritárias para o Governo, para a Administração Central e para a “troika”, porque para estes autores as pessoas não são prioridade, o que estava também bem expresso no facto de no IP8 terem sido retirados os pinos para que os camiões das grandes empresas pudessem circular sem problemas, enquanto na via entre Sines e Santo André, por onde passam os trabalhadores que produzem naquelas empresas, os pinos continuavam lá, sem que a segurança na circulação dos mesmos seja tida em consideração. -----

Acrescentou que como representante do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal iria votar a favor da proposta de Moção e estava solidária com todas as formas de luta da população. -----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, saudando todos os presentes. -----

Referiu que iria votar favoravelmente a proposta de Moção e que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, se disponibilizava para estar ao lado das populações nas formas de luta que fossem adotadas. -----

Acrescentou que a Freguesia de Alvalade tem vindo a ser fustigada, nos últimos anos, com a retirada de serviços públicos, contra o qual tem lutado, conseguindo assim retardar algumas situações. -----

Mais referiu que quando as populações e os seus eleitos se unem nas lutas por aquilo a que tem direito é possível vencer as diferentes batalhas, e se uma ação não for suficiente, é preciso partir para outra ação e para quantas forem necessárias. -----

Concluiu, referindo que a população de Santo André pode contar com o seu apoio e com a solidariedade dos Alvaladenses, os quais têm lutado pelas suas causas, mas também o tem feito por outras causas que dizem respeito à restante população do Município e dos municípios vizinhos. -----

O Senhor José Sucena, eleito da CDU, referiu que embora entendesse que em termos partidários teria vantagem o sentido de voto, de abstenção, na proposta de Moção, conforme foi indicado pelo eleito do PSD, considerava importante obter a unanimidade sobre este assunto, porque o que todos pretendiam era que aquelas obras fossem concretizadas. Neste sentido, sugeriu a seguinte alteração à alínea c) da proposta de Moção: c) Recomecem as obras **no IP8/A26 logo que estejam reunidas as condições financeiras e políticas.** -----

A Senhora Presidente colocou a sugestão proposta para discussão da Assembleia. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, referindo que estava de acordo com a alteração sugerida, considerando que todos juntos e com força será possível atingir os objetivos propostos. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que também era favorável à sugestão apresentada pela CDU, saudando o facto de ser valorizada a solidariedade entre todos, justificando que o sentido de voto que atrás tinha anunciado, se devia ao facto de não poder aceitar algo que sabia que não ia ser feito, concordando que fazia todo o sentido resolver as outras questões, tal como já tinha manifestado na Assembleia da República. -----

A Senhora Presidente informou que a Mesa aceitava a sugestão de alteração apresentada. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, com a alteração sugerida, a qual foi **aprovada, por unanimidade e aclamação.** -----

A Senhora Presidente concedeu a seguir a palavra aos convidados presentes, começando por intervir o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines que agradeceu o convite e cumprimentando todos os presentes.-----

Mais referiu estar solidário com as autarquias de Santiago do Cacém e de Santo André nesta luta, tal como tinha tido oportunidade de comunicar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e através da Comunicação Social, considerando que a mesma não era apenas das autarquias e das populações, mas também dos deputados na Assembleia da República que as mesmas elegeram.-----

Acrescentou que tem estado em sintonia com o Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém neste e noutros processos, nomeadamente no que respeitava à ferrovia, ao novo mapa judiciário e a questões ambientais.-----

Concluiu, referindo que podiam contar com todo o apoio do Município de Sines.-----

Interveio, em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Grândola, começando por cumprimentar todos os presentes.-----

Mais referiu que o assunto relativo às acessibilidades não era só um problema do Município de Santiago do Cacém, mas também de toda a Região e do País, atendendo à importância do Complexo Industrial de Sines e do setor do Turismo, acrescentando que este assunto tem vindo também a ser discutido na Câmara e na Assembleia Municipal de Grândola.-----

Referiu ainda que esta questão exigia uma resposta do Governo, e que não tinha sentido associar o triângulo de desenvolvimento: Alqueva, Aeroporto de Beja e Porto de Sines, sem que estes três vértices tivessem servidos de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias em condições, considerando que a ligação do Litoral a Évora e ao resto da Europa, através do IC33, era da maior importância para o País.-----

Concluiu, referindo que a partir desta data a responsabilidade pela resolução dos problemas constantes na Moção que a Assembleia Municipal tinha acabado de aprovar, por unanimidade, e de outros que afetam as populações, deixaram de ser da “troika”, cabendo ao 1º Ministro e ao seu Governo encontrar as soluções para os mesmos.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente, não tendo havido inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram dezassete horas.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

